



**Fortalecendo a democracia frente ao chocar do ovo da serpente:
desconstruindo vertentes do pensamento reacionário contemporâneo**

Leandro Cesar Leocádio¹

RESUMO: Este artigo pretende refletir a respeito da ascensão de discursos pautados em perspectivas reacionárias, embasados por pressupostos extremamente superficiais e sem o devido cuidado teórico e metodológico condizente com uma sociedade democrática e plural, como é a brasileira neste início de século. Comportamentos assim, aqui analisados tendo como referência a conduta do atual deputado Jair Bolsonaro (PSC), além de desprezar as práticas sociais ligadas à democracia, alimentam (replicados pelas mais diversas plataformas virtuais) o imaginário de um número cada vez maior de pessoas, possibilitando assim que discursos ligados ao ódio e a violência sejam curtidos, comentados e compartilhados sem qualquer pudor.

PALAVRAS CHAVE: ovo da serpente, democracia, oclocracia, reacionarismo, revolução.

Consideremo-lo *ovo de serpente* que, chocado, por sua natureza, se tornará nocivo. Assim, matemo-lo, enquanto está na casca (SHAKESPEARE, 2000, pág. 36).

Esta citação presente na tragédia *Júlio César*, de William Shakespeare, é uma das falas de Brutus em relação ao seu pai adotivo, o chefe militar romano Júlio César. Acompanhando a ascensão da popularidade de Júlio César frente à população romana, e conjecturando a possibilidade deste vir a se tornar um ditador, exterminando definitivamente a já fragilizada República, Brutus, personagem principal da obra shakespeariana, só consegue visualizar uma saída: eliminar o mal pela raiz antes que seja chocado, fato que é consumado com o assassinato a punhaladas de Júlio César no ano 44 a.C..

Já em 1977, o diretor sueco Ingman Bergman apresentou ao público seu último trabalho cinematográfico intitulado *O ovo da serpente*. Durante toda a película tem-se a oportunidade de acompanhar os percalços enfrentados pelo trapezista Abel Rosenberg, interpretado por David Carradine, que na ânsia por descobrir o motivo que teria levado

¹ Graduado em História, Especialista em História Social e Ensino de História e Mestre em História Social pela UEL (Universidade Estadual de Londrina). Professor de História no Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Ensino Superior.



seu irmão a cometer suicídio, busca sobreviver em uma Berlim sombria, cinzenta e enfrentando uma terrível crise econômica, política e social em pleno ano de 1923.

As realidades presentes ao longo do filme apresentam uma população vivendo um verdadeiro caos social: a violência para se resolver os conflitos mais simples é recorrente; a moeda é extremamente desvalorizada; a taxa de juros atingi índices exorbitantes; fome, miséria, violência, grupos extremistas e agitações das mais diversas formam o clima essencial para se *chocar o ovo da serpente* de uma ideologia expansionista, ultranacionalista e racista que viria a se fazer presente (não na ficção, mas sim na realidade) na década de 1930 com a ascensão do regime nazista.

Ao longo da história não são difíceis de encontrar exemplos demonstrando momentos como os presentes nas obras citadas acima (que, mesmo sendo ficções, tanto a peça teatral de Shakespeare quanto o filme de Bergman baseiam-se em eventos históricos), em que o ódio cega à vista das pessoas, levando-as ou a compactuar com regimes violentos por essência, ou até mesmo a praticar, no típico *justiça com as próprias mãos*, a violência em si. Pode-se entender que no Brasil prerrogativas como esta, em que o ódio e a violência ainda são vistos como prática normal, aceitável e que ainda influencia consideravelmente o imaginário de muitas pessoas, acaba potencializando-se graças ao nosso passado ligado à escravidão, ao colonialismo e às formas de governo autocrática (em que um único líder governa de forma plena e absoluta) e aristocrática (em que pequenos grupos oligárquicos ditam as regras governamentais, influenciando o que deve e o que não deve ser dito através de imposições ditatoriais e de cerceamento a liberdade).

Sendo assim, não é de se admirar que cada vez mais uma parcela significativa de brasileiros esteja reproduzindo discursos que enaltecem, muitas vezes sem se atentarem ao fato, tanto o ódio como sua consequência mais direta: a violência como solução para os nossos problemas. Mesmo com milhares de pessoas trabalhando exaustivamente há aproximadamente trinta anos pela manutenção de uma democracia menos injusta e um Estado mais social (e vale ressaltar que conquistas importantíssimas foram realizadas ao longo deste período), um número significativo de cidadãos continuam insistindo em perpetuar o ódio. Através das redes sociais, sites, blogs e manifestações, principalmente as que surgiram após junho de 2013, um forte discurso reacionário vem ganhando cada vez mais adeptos. Assim, é válido propor-se a seguinte reflexão: será que, em pleno



século XXI, estamos assistindo à gestação *do ovo da serpente* de um pensamento totalitarista?

Questionamentos como este já estão sendo feitos por vários pesquisadores e estudiosos do tema, não apenas por historiadores. Entretanto, como o presente artigo atém-se ao campo da historiografia, tomemos como exemplo uma palestra ministrada pelo professor de História da Unicamp José Alves de Freitas Neto no programa *Café Filosófico CPFL Cultura* exibido no dia 16 de outubro de 2015 intitulada *Foi para isto que lutamos pela liberdade?*, em que questiona a ascensão de discursos reacionários na contemporaneidade; e uma entrevista realizada com o também historiador da Unicamp Leandro Karnal no final de 2014 e publicada no site da universidade Unisinos, nomeada como *A ascensão de uma nova política de massas?*, na qual tece comentários (dentre outros assuntos que envolvem política) sobre o teor das reivindicações presentes nas manifestações que passaram a acontecer com mais frequência no Brasil após junho de 2013.

José Alves defende a tese de que a ditadura civil militar que perdurou no Brasil por volta de vinte anos não foi examinada como deveria com a reabertura da democracia, criando a possibilidade de várias atrocidades terem sido camufladas. Desse modo, muitas foram às situações que não sofreram a revisão justa e necessária e, passados tantos anos, uma naturalização em relação a esta temática prevaleceu na esfera do senso comum. Talvez seja por isso que não se vê problema, em pleno século XXI, em se referir aos militares que assumiram cargos de chefia nacional como presidentes, ou de continuar a contemplar obras públicas, como estradas, ruas, prédios, carregando para a posteridade o nome de quem privou cidadãos da liberdade.

Da mesma maneira, é importante frisar que as portas para a democracia só se abriram definitivamente quando o regime ditatorial exteriorizou seu mais intenso esgotamento com o aumento significativo da dívida externa, o aprofundamento da desigualdade social, da concentração de renda nas mãos de poucos e do descontrole da inflação, atentando-se apenas a esses exemplos. A transição lenta, gradual e segura (segura para aqueles que, de uma forma, eram sustentados por esse modelo opressor de governabilidade), portanto, não se deu por benevolência de quem governou por tantos



anos com autoritarismo, mas acabou relegando a um segundo plano reflexões necessárias que, se realizadas naquela época, talvez já estivessem superadas².

Não resolver com seriedade a transição ditadura/democracia explica, em partes, o fato de, hoje em dia, mesmo passados trinta anos da abertura política e democrática brasileira, ainda ser comum encontrarmos discursos que apoiam a tortura, a violência, o linchamento, a morte, a justiça com as próprias mãos, em suma, a quebra de direitos que deveriam ser inerentes a todo e qualquer ser humano. Uma visão extremista em relação aos direitos humanos adquiridos historicamente através de muita luta e reivindicação acaba sucateando análises profundas sobre muitos assuntos, fazendo com que a naturalização de discursos como *adote um bandido, bandido bom é bandido morto, polícia X bandido*, por exemplo, ganhem cada vez mais adeptos, sem distinção de classe ou grupo social. Reflexões como esta parece não importar a muitos brasileiros atualmente, já que soluções alicerçadas em ideais autoritaristas e excludentes ainda se fazem (e muito) presentes. A dicotomia parece reinar de forma absoluta, personificada na opinião da sociedade do senso comum, como destaca José Alvez na citação a seguir:

Nós estamos passando por tempos minimamente curiosos. Temos o esgarçamento das relações, a expressão sem pudor de muitos ódios, e em especial do autoritarismo como sendo o discurso mais fácil e automático pra resolver os impasses do momento atual. Lamento dizer, mas o autoritarismo não é a solução, mas sim a ampliação dos problemas. A democracia, por mais difícil que seja, e lenta, ainda é o caminho. E exige a sua defesa cotidiana, e não o silêncio e a cumplicidade com aqueles que querem destruí-la. Para os problemas da democracia nós devemos resolver com mais democracia, com seu fortalecimento e compreensão de que existem limites e de que existem regras. [...] [Estamos vivendo] um período assustador, perigoso, de crescimento de fanatismos, crescimento dos fascismos, de grupos ultraconservadores que parecem ter perdido qualquer incômodo em expressar ideais problemáticos. Na Europa, com a questão dos refugiados, ou mesmo no Brasil, diante de bolivianos, haitianos e africanos, nós vemos manifestações cotidianas de xenofobia. [...] é preciso colocar o dedo na ferida e combater diuturnamente os que defendem o autoritarismo como solução. E a maioria que clama por isso, desconfio, não é por ignorância, mas por convicção. E esse é o dado mais pessimista e difícil. Mas pra ele também tem que haver um

² FREITAS NETO, José Alves de. **Foi pra isto que lutamos pela liberdade?** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5h20ExyUxm4>>. Acesso em 17.02.2017.



caminho, e o caminho não é simples: [mas passa] por não permitir que ovos de serpente sejam chocados.³

Já Karnal, analisando no final de 2014 as passeatas antigoverno Dilma que passaram a acontecer Brasil afora, reivindicando inclusive o impeachment da presidente recém-eleita antes mesmo de assumir o cargo presidencial pela segunda vez consecutiva, inicia sua entrevista chamando nossa atenção para a seguinte situação: a eleição para presidente da República de 2014 foi marcada por algo inédito, já que nunca houve uma eleição com dois projetos tão parecidos⁴. E, devido a essa semelhança, o território do político acabou sendo demarcado por uma característica que parece intrínseca a nós: o ódio contra aquele que é diferente a mim. Nas palavras de Karnal:

Se nós tivéssemos dois candidatos, por exemplo, um de extrema-direita pregando militarização do Estado, etc, seria compreensível haver aqui o que houve nas eleições de 1932 na Alemanha, ou o que houve em outros momentos, em que, por exemplo, comunistas e nazistas disputaram a atenção do eleitorado alemão. Nós tínhamos dois candidatos [Dilma e Aécio] defensores de um modelo capitalista: um com mais participação do Estado e outro com menos participação do estado; dois candidatos marcados pelas denúncias de falta de ética política em seus respectivos partidos e em suas experiências eleitorais; dois candidatos que tinham um discurso muito próximo, que prometiam ambos manter o Programa Bolsa família. Logo, a semelhança entre os candidatos é provavelmente um elemento mais forte do que a diferença. [...] Poucos governos favoreceram tanto o capital bancário quanto o governo do PT. Na verdade os bancos nunca estiveram tão bem na sua existência como nos oito anos de governo Lula. Nenhum dos três governos, FHC, Lula e Dilma, dissolveu, atacou ou destruiu a ideia do latifúndio, que continua sólido. O agronegócio está em expansão há mais de três décadas no Brasil e não sofreu nenhum impeditivo a esse respeito⁵.

O ódio alimentado entre os integrantes de ambos os partidos acabou refletindo em uma sociedade que nunca desfrutou da oportunidade de vivenciar uma democracia e com um passado fortemente ligado ao tradicionalismo e conservadorismo das ideias.

³ FREITAS NETO, José Alves de. **Foi pra isto que lutamos pela liberdade?** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5h20ExyUxm4>>. Acesso em 17.02.2017.

⁴ **INSTITUTO HUMANAS UNISINOS**. A ascensão de uma nova política de massas? Entrevista especial com Leandro Karnal. **19 de novembro de 2014**. <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/537597-leandro-karnal>>. Acesso em 17.02.2017.

⁵ Ibid.



Por nunca conviver com democracia, onde a pluralidade de ideais e valores devem ser constantemente valorizados, o cidadão brasileiro tem uma séria dificuldade em ouvir e discutir de modo saudável qualquer opinião contraditória, e a consequência direta disso acaba sendo o predomínio do pensamento dicotômico, onde as análises são realizadas sob um único ponto de vista, negando a possibilidade da existência do outro, privilegiando apenas uma interpretação dos fatos frente à pluralidade de possibilidades que o ineditismo da vida proporciona.

E qual seria o problema em reforçar, como vem acontecendo, este modo de enxergar as múltiplas realidades presentes na sociedade brasileira de modo dicotômico, tendencioso e, especificamente, reacionário?

Existe um reacionarismo difuso na sociedade brasileira, que vai de pobres a ricos, que vai de pessoas muito simples até pessoas muito poderosas quanto à formação ou à posse de bens, e esse reacionarismo difuso é a favor da pena de morte, da diminuição da maioridade penal, de ataques a minorias e assim por diante. O Congresso, que é fruto de uma eleição ainda não polarizada entre Dilma e Aécio, ficou ainda mais conservador do que já é. Houve uma “direita volver” no Congresso. [...] Há quem diga que o movimento de junho de 2013 trouxe uma nova direita, uma direita contrária à participação político-partidária, mas favorável à interferência no poder e ao impedimento de governança quando ela é contrária a isso, que não tem uma proposta de tomar o Estado, tem só uma proposta de derrubar a bastilha. É muito interessante, porque isso é uma novidade. Se isso é verdade, o resultado de junho de 2013 seria a gestação do ovo da serpente fascista, e não a maior democratização.⁶

A opinião dicotômica reina absoluta em muitas rodas de conversa atuais em que o assunto é política. E, no Brasil, o problema que se apresenta em relação a esta forte valorização dos extremos é a radicalização de grupos que optam por soluções simplistas para resolver problemas complexos. Refletindo sobre esta onda extremista e radical que aparenta ganhar mais adeptos a cada dia que passa (muito graças à descrença para com as instituições que representam a política no Brasil - situação que não deveria servir como justificativa), a preocupação sobre a gestação do ovo da serpente não deve ser descartada, ainda mais em se tratando de uma realidade como a nossa: um país sem

⁶ INSTITUTO HUMANAS UNISINOS. **A ascensão de uma nova política de massas? Entrevista especial com Leandro Karnal.** 19 de novembro de 2014. <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/537597-leandro-karnal>>. Acesso em 17.02.2017.



experiência democrática e com poucos anos vivenciando este modelo de governabilidade.

Mas, analisando a fundo os vários discursos de ódio tão presentes nos inúmeros suportes virtuais disponíveis nos diferentes aparatos tecnológicos, onde as pessoas parecem esquecer de que pertencem a um universo real e acabam emitindo livremente opiniões que reforçam e incitam à violência sem ver problema algum, pelo menos outros dois questionamentos se fazem necessários: quais grupos políticos estão, atualmente, alimentando esta forma reacionária de pensamento presente nas redes virtuais? E como ideias que deveriam ser vistas como retrógradas, ultrapassadas e preconceituosas (pressupostos essenciais para alicerçar discursos autoritaristas) estão sendo retomadas por estes grupos?

Dentre alguns grupos e personagens ligados a política brasileira, vamos analisar alguns comportamentos e discursos ligados a figura de uma pessoa que vem, nos últimos anos, e muito graças ao advento das plataformas sociais disponibilizadas pela tecnologia da informação contemporânea, como *WhatsApp* e *Facebook*, crescendo em popularidade de tal forma que uma áurea mítica acabou sendo construída e alardeada por seus seguidores: Jair Bolsonaro. Devido a esta questão relacionada ao mito que se criou em torno deste político (que, no atual momento, 2017, acumula seu quarto mandato como deputado federal atualmente pelo PSC (Partido Social Cristão) e arquiteta sua candidatura à presidência da república para as eleições de 2018), é significativo recorrer ao historiador Raoul Girardet.

No livro *Mitos e mitologias políticas*, de modo pontual nos capítulos *Para uma introdução ao imaginário político* e *O salvador*, traz reflexões intrigantes, extremamente profundas e esclarecedoras acerca do mito político em torno da figura do salvador, do herói, daquele que detém a verdadeira solução para eliminar as mazelas presentes em nossa sociedade. Inicialmente, Girardet ressalta um elemento estrutural e, portanto, passível de ser vivenciado em vários contextos históricos e sociais: o fato de uma sociedade, enfrentando momentos de crise (seja ela de qualquer espécie) evocar, tal qual a perspectiva mítica presente nos tempos antigos, a figura daquele que trará a salvação, o ser iluminado capaz de livrar seu povo de todos os males e conduzi-los ao caminho da plenitude, da verdade, do correto.



O que passa despercebido atualmente aos olhos das pessoas menos atentas é o fato dos supostos seres míticos, antes de confabularem suas estratégias de salvação e heroísmo, terem a sagacidade de identificar quais são as angústias sociais e ali atuar como a sociedade espera que eles atuem: travestidos como verdadeiros heróis, autênticos guerreiros capazes de salvar a sociedade de tudo o que a aflige, estabelecendo a ordem, conduzindo os cidadãos à glória que o presente envolto em corrupção e confusão não tem capacidade de realizar (GIRARDET, 1987, pág. 74).

Nas redes sociais é comum acompanhar o crescimento em torno da figura de Bolsonaro como este herói mítico tratado por Girardet. Tanto é que seus seguidores tem o hábito de se referir a este deputado como *BolsoMito* (inclusive com várias comunidades no *Facebook* ostentando tal nomenclatura com orgulho). Os comentários extremistas propagados pelo mesmo nas plataformas virtuais acabam atingindo os mais diversos grupos sociais. O pernicioso disso é perceber o modo como os mais variados assuntos são tratados, além do claro flerte com discursos explicitamente autoritaristas.

Dentre vários comentários fáceis de encontrar, concebe-se como exemplo a exaltação deste deputado, militar da reserva, em relação aos acontecimentos que se sucederam no Brasil após o abril de 1964. Antes, porém, faz-se necessário reforçar a ideia de que, independente da bandeira ideológica defendida (se de *esquerda* ou de *direita*), um fato não há como ser negado: foi um golpe deflagrado pelos militares em 1964. Se para evitar, como gostam de alardear alguns, uma ditadura comunista ou não, pouco importa. Golpe é golpe e é assim que deve ser tratado historicamente: golpe civil militar, ou Ditadura Civil Militar.

Bolsonaro opta por tratar este período de governo militar ditatorial não como ele deveria ser examinado – como um golpe civil militar – mas prefere valer-se do conceito de *revolução* para se referir a este episódio recente da história brasileira. Nada mais justo tecer alguns comentários para a compreensão semântica da terminologia *revolução*. O historiador Reinhart Koselleck disponibiliza em seu livro *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* um capítulo chamado *Crítérios históricos do conceito moderno de revolução*, no qual apresenta significativas contribuições no sentido de entender a mudança conceitual pela qual passou a palavra *revolução*, principalmente após os acontecimentos de julho de 1789 na França, onde



révolution ou *revolution* passou a adquirir possibilidades semânticas flexíveis, ambivalentes e ubíquas (KOSELLECK, 2006, pág. 62).

O uso anterior à Revolução Francesa da palavra revolução estava atrelado à compreensão de volta a uma ordem já estabelecida anteriormente e seu uso, portanto, correspondia a um retorno ao ponto de partida de determinado movimento. Assim como as estações do ano permanecem inalteradas, também os seres humanos, incapazes de ressignificar constantemente sua realidade, estavam presos às transformações que nada traziam de novidade. Uma consciência de retrocesso, de volta natural dos acontecimentos históricos, pairava na mentalidade dos sujeitos (KOSELLECK, 2006, pág. 64). No final do século XVIII, revolução adquiriu uma compreensão mais próxima das questões terrenas e não mais naturalizada e, portanto, imutável.

O conceito originalmente natural e, portanto, trans-histórico dissemina seu significado parcial e metafórico, que acaba por se tornar predominante. O movimento abandona sua base natural para adentrar a atualidade do cotidiano. Dessa forma, com o termo *revolução*, veio à luz o âmbito de uma história genuinamente humana [...]. [...] a revolução cristaliza-se em um coletivo singular, que parece concentrar em si as trajetórias de todas as revoluções particulares. É assim que revolução torna-se um *conceito meta-histórico*, separando-se completamente de sua origem natural e passando a ter por objetivo ordenar historicamente as experiências de convulsão social. Em outras palavras, o conceito adquire um sentido transcendental, tornando-se um princípio regulador tanto para o conhecimento quanto para a ação de todos os homens envolvidos na revolução (KOSELLECK, 2006, pág. 67-69).

É comum encontramos depoimentos de Jair Bolsonaro se referindo a época de ditadura civil militar como revolução de 1964. Quando o deputado fala do golpe desferido pelos militares em 1964 como revolução, traz à tona pelo menos duas situações no mínimo intrigantes: primeiro, ao enaltecer em seus discursos a utilização de medidas arbitrárias como as colocadas em prática durante os anos de ditadura civil militar, retrocede a um modo semântico de compreender o conceito revolução que fazia sentido há séculos atrás, durante um período em que, como nos alerta Koseleck, revolução era entendido como um retorno natural ao ponto de partida de certos acontecimentos históricos e sociais; e, segundo, ao se comportar desta maneira, mitificando os militares ao colocá-los em um pedestal para serem homenageados e reverenciados como os verdadeiros heróis recentes da nação brasileira, vê neste passado



ditatorial um exemplo a ser seguido e não ressignificado pelo bem da recente democracia brasileira.

Prova disto está no pronunciamento desferido por Bolsonaro no dia 13.03.2014 na Câmara dos Deputados, em *comemoração* à data que, para ele, deve ser lembrada como aniversário da revolução de 1964 no Brasil. Segue, a seguir, trecho deste pronunciamento:

Foram 20 anos de pleno emprego, segurança e respeito aos humanos direitos. Passamos da 49ª para 8ª economia do mundo, mesmo com duas crises do petróleo. Só no Governo Médici foram construídas 15 hidrelétricas. Com Geisel e Figueiredo, veio Itaipu Binacional e também Usina de Angra. Sem as obras dos militares o Brasil não existiria. Os Ministros eram escolhidos entre administradores e não entre políticos. O povo ia às ruas não para clamar por educação, já que ela era de qualidade e para todos, inclusive o professor tinha como exercer sua autoridade na sala de aula e era respeitado fora dela. O povo não foi às ruas clamar por emprego, pois ele era pleno; não foi clamar por segurança, porque se vivia em paz; não clamava pelo fim da corrupção, porque ela praticamente inexistia. O povo foi às ruas só, e tão somente, para pedir voto direto para Presidente da República. Hoje o povo vota para Presidente, mas não tem saúde, segurança, educação, emprego, paz e futuro. Aqueles 20 anos foram apelidados de ditadura, exatamente pelos que hoje estão no poder, e que, dia após dia, dão sua demonstração de admiração às mais cruéis ditaduras, como a cubana, e se entregam completamente à corrupção. É o culto ao marxismo, esse mesmo que matou mais de 100 milhões de inocentes pelo mundo⁷.

Várias reflexões poderiam ser realizadas em cima dos assuntos tratados pelo deputado apenas neste pequeno trecho retirado de seu pronunciamento. Mas, como o espaço é pequeno para realizar esta tarefa, faz-se urgente concentrar a atenção no teor dicotômico presente no final desta citação em que Bolsonaro, após enaltecer o período militar, questiona a palavra ditadura que, em seu entendimento, foi cunhada por grupos de esquerda que atualmente estão no poder. Assim, compreende ele, o golpe aplicado pelos militares em 1964 foi importante e deve ser enaltecido como uma revolução,

⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Transcurso do aniversário da revolução de 1964 no Brasil. 13.03.2013, sessão 045.4.54.0. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=045.4.54.O&nuQuarto=33&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:04&sgFaseSessao=BC%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=13/03/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txFaseSessao=Breves%20Comunica%20E7%F5es%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHo>>. Acesso em: 17.02.2017. Discurso do deputado Jair Bolsonaro.



travestido de um caráter salvacionista, já que livrou o Brasil de uma ditadura comunista. Defender atualmente este passado ditatorial, na mentalidade de Bolsonaro, é resguardar nossa nação de mais uma *ameaça comunista* que paira em pleno século XXI. E reviver a glória deste passado, onde as forças armadas livraram os brasileiros dos males advindos de uma ideologia comunista, acaba por reforçar o mito salvacionista do militarismo.

Quando existe a possibilidade de acompanhar uma linha de raciocínio tal qual a que aqui é apresentada, o que se vê é uma espécie de *requestrar* ideias que já deveriam ter sido superadas pelos cidadãos no século XXI. Ideias como as defendidas por Bolsonaro, e que alimentam o extremismo da dicotomia reinante em muitos debates atuais baseados na máxima esquerda-direita (no caso de Bolsonaro, extrema direita) acabam travando o pleno desenvolvimento de nossa democracia. Norberto Bobbio, em seu livro *Direita e Esquerda – razões e significados de uma distinção política*, expõe algumas reflexões importantes em relação a esta ambiguidade extremista.

No capítulo *Extremistas e Moderados*, Bobbio salienta algo em comum a ambos os lados (extrema esquerda/direita): a tendência antidemocrática apresentada por discursos extremistas que optam por se fechar em um dos dois polos. Esta visão limitada dos acontecimentos históricos alimentada por ambos os lados não os distancia, pelo contrário: os extremos se aproximam e se tocam no que diz respeito às suas concepções ideológicas (BOBBIO, 2012, pág. 53). Desse modo, a insistência em assumir uma postura extremista de direita, como abertamente defende Bolsonaro, só o aproxima daquilo que lhe causa mais ojeriza, ou seja, o pensamento extremista de esquerda.

A visão ufanista para com um período tão nefasto para a plena liberdade intelectual do cidadão brasileiro, como foram os vinte anos de ditadura civil militar, se limita a uma análise que vê no passado algo a se admirar, vangloriar e, quiçá, reviver no presente. Friedrich Nietzsche, já no século XIX, analisando o comportamento de alguns pensadores de seu tempo, que contemplavam o passado transformando-o em artigo de luxo pronto para ser valorizado e replicado no presente, condenava a atitude de homens com atitudes como essa. Agindo como admiradores de um tempo supostamente melhor e digno de imitação, acabam transformando o passado em coveiro do presente, enfraquecendo o agora em detrimento de algo que um dia aconteceu. E esse modo de olhar para o passado



[...] sempre aproximará, universalizará e por fim igualará o desigual; sempre depreciará a diferença dos motivos e das ocasiões, para, às custas das *causas*, monumentalizar os *effectus*, ou seja, apresentá-los como modelares e dignos de imitação: de tal modo que, porque ela prescindir o mais possível das causas, poderíamos denominá-la, como pouco exagero, uma coletânea de efeitos em si, de acontecimentos que em todos os tempos farão efeito (NIEZSTCHE, 2003, pág. 276).

Ideias como as aqui analisadas em relação a postura de Jair Bolsonaro não visam reforçar a democracia. Ao contrário, se aproximam daquilo que Políbio, historiador grego de nascimento que viveu anos em Roma após a conquista da Grécia no século II antes de Cristo, nomeou como forma de governo oclocrata, de *oclos*, que significa multidão, massa, plebe, um governo popular baseado na sua forma corrompida.

A explicação sobre este modo de governo está presente no livro VI da *História*, escrito há aproximadamente dois mil e quinhentos anos atrás. Para este historiador grego, existem basicamente seis formas de governo: três são boas, positivas e engrandecem a sociedade e o ser humano – reino, aristocracia e democracia -; e três são derivações das três boas, porém más, corrompidas – tirania, oligarquia e oclocracia. São formas de governos que se sucedem ciclicamente (BOBBIO, 1997, pág. 56).

Em primeiro lugar se estabelece sem artifício e 'naturalmente' o governo de um só, ao qual segue (e do qual é gerado por sucessivas elaborações e correções) o 'reino'. Transformando-se este no regime mau correspondente, isto é, na 'tirania', pela queda desta última se gera o governo dos 'melhores'. Quando a aristocracia por sua vez degenera em 'oligarquia', pela força da natureza, o povo se insurge violentamente contra os abusos dos governantes, nascendo assim o 'governo popular'. Com o tempo, a arrogância e a ilegalidade dessa forma de governo levam à 'oclocracia' (POLÍBIO, VI, 4. In.: BOBBIO, 1997, pág. 67).

Considerando os comentários de Norberto Bobbio, devemos entender que

esta concepção da história é fatalista, no sentido de que a passagem de uma forma para outra parece determinada, necessária e inderrogável; parece também natural, no sentido de estar prevista pela natureza das coisas, isto é, de estar implícita na própria natureza dos governos, que não podem deixar de sofrer o processo de transformação - e também no sentido, ainda mais fértil, segundo o qual cada forma de governo só se pode converter em uma outra forma determinada. Note-se [ao longo de seu livro] a insistência em



expressões como "naturalmente", "natural", "pela força da natureza", etc (BOBBIO, 1997, pág. 67).

Mesmo compreendendo a importância de se levar em consideração a preocupação de Bobbio, e entendendo a importância do cuidado que se deve ter em relação a anacronismos, ao traçar um paralelo com a história recente do Brasil encontrar-se-á certas analogias e paralelos que podem exemplificar historicamente as prerrogativas tratadas por Políbio. De um império em que seu governante supremo passa a exercer o Poder Moderador, controlando arbitrariamente todas as demais esferas de poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), o Brasil passou para um sistema de governo em que grupos oligárquicos dominaram a política durante longos anos (os políticos vinculados à política do café com leite e ditadores, por exemplo) e, há trinta anos, convive pela primeira vez em sua história com um sistema de governo pautado na democracia.

Segundo Políbio, o sistema governamental baseado na democracia exige vigília constante, e essa responsabilidade tem de ser dividida com todos da sociedade. Todos, sem exceção. Quando se afrouxa a vigilância para com a democracia, os “oclocratas de plantão”, pensadores dos “achismos” e articuladores das massas, acabam desvirtuando o único sistema em que todos têm a oportunidade de expressar opiniões pautadas em preceitos democráticos. E, agindo assim, adubam um terreno fértil em que pensamentos autoritaristas ganham força dia após dia.

Hannah Arendt, no capítulo *Uma sociedade sem classes – as massas*, presente em seu livro *Origens do totalitarismo – antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*, demonstra esta preocupação em relação a atuação de grupos totalitários na organização e instrumentalização ideológica das massas. Não só o Terceiro Reich como também os movimentos comunistas que pulularam na Europa após o fim da Primeira Guerra Mundial foram buscar nas massas seus membros, pessoas que nunca haviam se envolvido em discussões políticas complexas. Assim, puderam moldar a seu bel prazer grupos que em tempo algum tinham sido moldados por nenhuma perspectiva política (ARENDDT, 2004, pág. 438). Compreendendo massas como algo distinto de classes e cidadãos, a filósofa argumenta desta forma:



O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto (ARENDDT, 2004, pág. 439).

O embate atual está na atenção constante contra esses aproveitadores, articuladores das massas que, isto posto, não atuam apenas no campo da política. É comum encontra-los exercendo as mais variadas atividades e influenciando a mentalidade de muita gente. É necessário, pois, estar atentos a isto a fim de prosseguir na luta pela continuação de um sistema democrático que, mesmo em dificuldades, criou nos últimos trinta anos oportunidades a certos setores da sociedade brasileira que jamais tiveram condições de ter sequer voz dentro do campo político.

Encerrando, portanto, este artigo e os questionamentos aqui tratados, na citação a seguir, extraída da mesa redonda realizada na UNICAMP em meados de agosto de 2015 e proferida pelo historiador Leandro Karnal, no qual se debateu o tema *Redução da Maioridade Penal*, é oportunizada a reflexão sobre a importância de continuar buscando pela manutenção e cuidado atento da democracia evitando, quem sabe, que ela se degenera e se transforme em um governo oclocrata:

A democracia não é o sistema onde todo mundo é ético, mas é o sistema onde os não-éticos podem ser punidos. A democracia não é o sistema onde todo mundo é bom, mas é o sistema onde alguns ruins podem ser punidos. A democracia não é o sistema que garante o paraíso na terra, mas é o sistema que impede que o inferno se instale. A democracia não é um sistema perfeito, usando a frase de um conservador, Churchill: *é o pior dos sistemas, com exceção de todos os outros*. Não há denúncias de corrupção na Coreia do Norte, não havia denúncias de corrupção na Itália fascista, não há denúncias de corrupção no período militar. Quando eu faço uma denúncia de corrupção no período militar, como Elis Regina cantou “O bêbado e o equilibrista”, tem que fazer uma metáfora, da metáfora, da metáfora: *caía a tarde feito um viaduto*. Pra falar de uma obra superfaturada com material inferior que desabou. Ou alguém supõe, que as mesmas empreiteiras, que agora estão nos bancos dos réus, quando fizeram Itaipu eram de uma honestidade absoluta? Que essas empreiteiras eram regidas por anjos e agora por demônios? A diferença das empreiteiras das décadas de 60 e 70, a Itaipu, projeto de Angra dos Reis, Transamazônica, Ponte Rio-Niterói, metrô, é que não havia



autonomia de um tribunal de contas, não havia uma Polícia Federal que batalhasse por isso, não havia juízes autônomos, não havia opinião pública, e aí, os generais e seus comandantes passavam por honestos. Honestidade, nesse caso, era ausência de denúncia. A democracia é o sistema que possibilita que traga a julgamento essas pessoas. A democracia é o sistema onde eu posso crescer e debater essas coisas. Por isso é que a democracia não é apenas o melhor sistema, mas é o único que possibilita alguma ética, alguma justiça, que alguma igualdade social possa existir, mesmo com as suas falhas estruturais.⁸.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo – antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.

_____. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 2012.

SHAKESPEARE, William. **Júlio César/Antonio e Cleópatra**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956.

FILME

O ovo da serpente. Direção: Ingmar Bergman. [S.I]: Dino De Laurentiis Corporation, 1977. 1 DVD (90 min).

⁸ INSTITUTO HUMANAS UNISINOS. **A ascensão de uma nova política de massas? Entrevista especial com Leandro Karnal**. 19 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/537597-leandro-karnal>>. Acesso em 17.02.2017.



VÍDEOS NA INTERNET

CPFL CULTURA; FREITAS NETO, José Alves de. **Foi pra isto que lutamos pela liberdade?** Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=5h20ExyUxm4>>. Acesso em 17.02.2017.

KARNAL, Leandro. UNICAMP contra a Redução da Maioridade Penal: Mesa 2: **A questão da maioria penal.** Disponível em: < http://cameraweb.ccuec.unicamp.br/watch_video.php?v=dg936o36gub4>. Acesso em 17.02.2017.

TEXTOS DA INTERNET

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Transcurso do aniversário da revolução de 1964 no Brasil.** 13.03.2013, sessão 045.4.54.0. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=045.4.54.0&nuQuarto=33&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:04&sgFaseSessao=BC%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=13/03/2014&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txFaseSessao=Breves%20Comunica%E7%F5es%20%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHo>>. Acesso em: 17.02.2017. Discurso do deputado Jair Bolsonaro.

INSTITUTO HUMANAS UNISINOS. **A ascensão de uma nova política de massas?** Entrevista especial com Leandro Karnal. 19 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/537597-leandro-karnal>>. Acesso em 17.02.2017.